

# PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI

## PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI - MÃO DE OBRA

Proponente:

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ**

Descrição da Obra/Serviço:

**Contratação de empresa especializada em Engenharia e Arquitetura para FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELhado, REPARO E MANUTENÇÃO DAS ESTRUTURAS JÁ EXISTENTES E FORROS, em edificação da Delegacia de Polícia Federal em Maringá-PR.**

Desonerado:

**NÃO**

Município Aplicável:

**MARINGÁ/PR**

Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis TCU			Composição de BDI Adotada		BDI Proposto	23,25%
		1º Quartil	Médio	3º Quartil				
1	Garantia e Seguro (GS)	0,80%	0,80%	1,00%	Garantia e Seguro (GS)	<b>0,80%</b>	$BDI = ((1+AC+R+GS) \times (1+Df) \times (1+L)) / (1-I)$ <p>Limites = 20,34% a 25,00%</p> <p><b>Observações:</b></p> <p>i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios.</p> <p>ii) Tributos adotados = PIS+COFINS+ISS</p>	
2	Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	Risco (R)	<b>1,27%</b>		
3	Despesas financeiras (Df)	0,59%	1,23%	1,39%	Despesas financeiras (Df)	<b>1,00%</b>		
4	Administração Central (Ac)	3,00%	4,00%	5,50%	Administração Central (Ac)	<b>4,00%</b>		
5	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	Lucro (L)	<b>7,40%</b>		
6	Impostos (I)				Impostos (I)	<b>6,65%</b>		
6.1	PIS	0,65% (regime cumulativo) ou máx 1,65% (não cumulativo)			PIS	<b>0,65%</b>		
6.2	COFINS	3% (regime cumulativo) ou máx 7,6% (regime não cumulativo)			COFINS	<b>3,00%</b>		
6.3	ISS	2% a 5%			ISS	<b>3,00%</b>		
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	4,5% (mão de obra desonerada)			CPRB - Lei 12.546/11	<b>0,00%</b>		

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi **SEM** Desoneração.

Declaro para os devidos fins que o Regime de Incidência do PIS e Cofins adotado no orçamento foi o **REGIME DE INCIDÊNCIA CUMULATIVA**.

### OBSERVAÇÕES:

- Quanto aos tributos incidentes sobre o faturamento, primeiramente, em virtude das diferentes disposições legais sobre a forma de cálculo do ISS, o cálculo do percentual desse tributo a ser considerado na composição de BDI de obras públicas depende da correta definição da sua base cálculo e, sobre esta, da aplicação da alíquota correspondente à legislação municipal do local da obra, que pode variar de 2% a 5%, inclusive nos casos de obras com prestação de serviços em mais de um município, a exemplo de obras de linhas de transmissão, rodovias, ferrovias, adutoras, dentre outras.
- Sobre o PIS e a COFINS, o cálculo dos percentuais para a composição de BDI deve observar os regimes de tributação desses dois tributos. No caso do regime cumulativo, aplicável aos empreendimentos que se enquadram no conceito de 'obras de construção civil', os percentuais seriam equivalentes às alíquotas de 0,65% (PIS) e 3,0% (COFINS). Na incidência do regime não-cumulativo, quando as licitantes se enquadrarem na sistemática do lucro real para a apuração do IRPJ, às alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,6% (COFINS) deve ser aplicado um fator redutor em razão do aproveitamento de créditos tributários previstos na legislação tributária, de modo que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos às pessoas jurídicas.
- Relativamente ao Simples Nacional, a composição de BDI de empresas comprovadamente optantes desse regime de tributação favorecido e diferenciado deve prever percentuais dos tributos ISS, PIS e COFINS compatíveis com as alíquotas que a empresa está obrigada a recolher de acordo com os percentuais previstos na legislação complementar, bem como a composição de encargos sociais não deve incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), de forma que os benefícios tributários conferidos por expressa disposição legal sejam devidamente refletidos nos preços contratados pela Administração.

**ISS = 3%** sobre mão de obra (§ 13 do art. 62). Quando ausente esta informação, aplica-se 40% sobre valor do contrato. Conforme item 7.05 da tabela do anexo I da LEI COMPLEMENTAR Nº 677/2007, disponível em <https://leismunicipais.com.br/codigo-tributario-maringa-pr>.

**ISS para a presente licitação = 3%** tendo em vista que o BDI foi aplicado sobre toda a coluna de mão de obra, logo, o cálculo da proporção torna-se inaplicável.

# PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI

## PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS (DIFERENCIADO)

Proponente: <b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ</b>						
Descrição da Obra/Serviço: <b>Contratação de empresa especializada em Engenharia e Arquitetura para FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELHADO, REPARO E MANUTENÇÃO DAS ESTRUTURAS JÁ EXISTENTES E FORROS, em edificação da Delegacia de Polícia Federal em Maringá-PR.</b>					Desonerado: <b>NÃO</b>	
					Município Aplicável: <b>MARINGÁ/PR</b>	
Composição do BDI sugerida	Intervalos admissíveis TCU			Composição de BDI Adotada		BDI Proposto
	1º Quartil	Médio	3º Quartil			<b>15,45%</b>
1 Garantia e Seguro (GS)	0,30%	0,48%	0,82%	Garantia e Seguro (GS)	<b>0,48%</b>	$BDI = ((1 + AC + R + GS) \times (1 + Df) \times (1 + L)) / (1 - I)$  Limites = 11,10% a 16,80%  <b>Observações:</b>  i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios.  ii) Tributos adotados = PIS+COFINS
2 Risco (R)	0,56%	0,85%	0,89%	Risco (R)	<b>0,85%</b>	
3 Despesas financeiras (Df)	0,85%	0,85%	1,11%	Despesas financeiras (Df)	<b>1,00%</b>	
4 Administração Central (Ac)	1,50%	3,45%	4,49%	Administração Central (Ac)	<b>3,45%</b>	
5 Lucro (L)	3,50%	5,11%	6,22%	Lucro (L)	<b>5,11%</b>	
6 Impostos (I)				Impostos (I)	<b>3,65%</b>	
6.1 PIS	0,65% (regime cumulativo) ou máx 1,65% (não cumulativo)			PIS	<b>0,65%</b>	
6.2 COFINS	3% (regime cumulativo) ou máx 7,6% (regime não cumulativo)			COFINS	<b>3,00%</b>	
6.3 ISS	não aplicável			ISS	<b>0,00%</b>	
6.4 CPRB - Lei 12.546/11	4,5% (mão de obra desonerada)			CPRB - Lei 12.546/11	<b>0,00%</b>	

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi **SEM** Desoneração.

Declaro para os devidos fins que o Regime de Incidência do PIS e Cofins adotado no orçamento foi o **REGIME DE INCIDÊNCIA CUMULATIVA**.

### OBSERVAÇÕES:

- Quanto aos tributos incidentes sobre o faturamento, primeiramente, em virtude das diferentes disposições legais sobre a forma de cálculo do ISS, o cálculo do percentual desse tributo a ser considerado na composição de BDI de obras públicas depende da correta definição da sua base cálculo e, sobre esta, da aplicação da alíquota correspondente à legislação municipal do local da obra, que pode variar de 2% a 5%, inclusive nos casos de obras com prestação de serviços em mais de um município, a exemplo de obras de linhas de transmissão, rodovias, ferrovias, adutoras, dentre outras.
- Sobre o PIS e a COFINS, o cálculo dos percentuais para a composição de BDI deve observar os regimes de tributação desses dois tributos. No caso do regime cumulativo, aplicável aos empreendimentos que se enquadram no conceito de 'obras de construção civil', os percentuais seriam equivalentes às alíquotas de 0,65% (PIS) e 3,0% (COFINS). Na incidência do regime não-cumulativo, quando as licitantes se enquadrarem na sistemática do lucro real para a apuração do IRPJ, às alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,6% (COFINS) deve ser aplicado um fator redutor em razão do aproveitamento de créditos tributários previstos na legislação tributária, de modo que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos às pessoas jurídicas.
- Relativamente ao Simples Nacional, a composição de BDI de empresas comprovadamente optantes desse regime de tributação favorecido e diferenciado deve prever percentuais dos tributos ISS, PIS e COFINS compatíveis com as alíquotas que a empresa está obrigada a recolher de acordo com os percentuais previstos na legislação complementar, bem como a composição de encargos sociais não deve incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), de forma que os benefícios tributários conferidos por expressa disposição legal sejam devidamente refletidos nos preços contratados pela Administração.

### Cálculo da Despesa Financeira

Mês/Ano	Taxa SELIC últimos 12 meses (Ago 2019 - Jul 2020)
out/21	0,49%
nov/21	0,59%
dez/21	0,77%
jan/22	0,73%
fev/22	0,76%
mar/22	0,93%
abr/22	0,83%
mai/22	1,03%
jun/22	1,02%
jul/22	1,03%
ago/22	1,17%
set/22	1,07%
<b>Média</b>	<b>0,87%</b>

$$DF = (1 + \text{Taxa Selic}/100)^{(DU/252)}$$

Onde:

**DF:** Taxa representativa das Despesas Financeiras (em %)

**DU:** Dias úteis para recebimento da empresa. Considera-se média de 1 mês corrido ou 22 dias úteis

Expressão adotado pelo Acórdão 2.369/2011-TCU-Plenário

**Portanto:**

<b>DF</b>	<b>1,00%</b>
-----------	--------------